



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

CENÁRIO DAS PRODUÇÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

ESCENARIO DE LAS PRODUCCIONES SOBRE RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA EDUCACIÓN FÍSICA

SCENARIO OF PRODUCTIONS ON ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN PHYSICAL EDUCATION

Leonardo Eleutério dos Santos
Universidade de Pernambuco
eleuteriopersonal@gmail.com

Lívia Tenorio Brasileiro
Universidade de Pernambuco
livia.brasileiro@upe.br

Resumo: A instituição escolar, como espaço que reflete a sociedade, é um ambiente com grande potencial de reprodução de manifestações racistas contra as populações negras indígenas, ao mesmo tempo que pode/deve oportunizar a superação desse modo de discriminação e inferiorização, através de abordagens que gerem relações sociais justas. O currículo escolar desempenha um papel significativo nesse aspecto, e a Educação Física, como parte integrante deste currículo, também desempenha uma função crucial. Destarte, traçamos como objetivo: mapear a produção acadêmica sobre as problemáticas afro-brasileira e indígenas entre 2013 e 2023, buscando compreender como essas discussões têm ocorrido na Educação Física. Para isso recorremos à pesquisa bibliográfica, consultando as bases de dados Scielo, Lilacs e Portal da Capes. Foram localizadas 77 dissertações, 11 teses e 12 artigos, com maior volume de produção a partir de 2017 e predominância de estudos sobre as questões afro. De modo geral, os estudos mostram a (quase) ausência das relações étnico-raciais na Educação Básica e no Ensino Superior, seja em seus currículos hierárquicos e monoculturais, como nas insuficientes abordagens pedagógicas, justificadas pelo desconhecimento e despreparo de docentes, mesmo após decorrido quase duas décadas da obrigatoriedade de ensino dos conhecimentos afro e indígenas. Contudo, evidencia-se a relevância da formação (inicial e continuada) nesse movimento de resistência e superação ao modo eurocêntrico de educar, assim como deve-se destacar a potencialidade da Educação Física nesse processo, pois é a área que tem o corpo (em suas diversas representações) como elemento de intervenção.

Palavras-chave: Educação Física; relações étnicas; produção do conhecimento.

Resumen: La institución escolar, como un espacio que refleja la sociedad, es un entorno con gran potencial para reproducir manifestaciones racistas contra las poblaciones negras e



indígenas, al mismo tiempo que puede y debe fomentar la superación de este tipo de discriminación e inferiorización mediante enfoques que promuevan relaciones sociales justas. El currículo escolar desempeña un papel significativo en este aspecto, y la Educación Física, como parte integrante de dicho currículo, también cumple una función crucial. Por lo tanto, nos propusimos como objetivo: mapear la producción académica sobre las problemáticas afrobrasileñas e indígenas entre 2013 y 2023, buscando comprender cómo se han desarrollado estas discusiones en la Educación Física. Para ello recurrimos a la investigación bibliográfica, consultando las bases de datos Scielo, Lilacs y Portal de Capes. Se localizaron 77 dissertaciones, 11 tesis y 12 artículos, con mayor volumen de producción a partir de 2017 y predominancia de estudios sobre las cuestiones afro. En general, los estudios muestran la (casi) ausencia de las relaciones étnico-raciales en la Educación Básica y en la Educación Superior, tanto en sus currículos jerárquicos y monoculturales, como en los enfoques pedagógicos insuficientes, justificados por el desconocimiento y la falta de preparación del profesorado, incluso después de casi dos décadas de la obligatoriedad de la enseñanza de los conocimientos afro e indígenas. Sin embargo, se evidencia la relevancia de la formación (inicial y continua) en este movimiento de resistencia y superación del modo eurocentrico de educar, así como debe destacarse la potencialidad de la Educación Física en este proceso, ya que es el área que tiene el cuerpo (en sus diversas representaciones) como elemento de intervención.

Palabras clave: Educación Física; relaciones étnicas; producción de conocimiento.

Abstract: The school institution, as a space that reflects society, has great potential to reproduce racist manifestations against Black and Indigenous populations, while at the same time it can and should promote the overcoming of this form of discrimination and marginalization through approaches that foster fair social relationships. The school curriculum plays a significant role in this aspect, and Physical Education, as an integral part of the curriculum, also plays a crucial role. Therefore, our objective was to map the academic production on Afro-Brazilian and Indigenous issues between 2013 and 2023, seeking to understand how these discussions have taken place in Physical Education. To do this, we conducted a bibliographic search, consulting the Scielo, Lilacs, and Capes Portal databases. We found 77 dissertations, 11 theses, and 12 articles, with the highest volume of production starting in 2017 and a predominance of studies on Afro issues. In general, the studies show the (almost) absence of ethnic-racial relations in Basic and Higher Education, whether in their hierarchical and monocultural curricula or in insufficient pedagogical approaches, justified by the lack of knowledge and preparedness of teachers, even after almost two decades since the mandatory teaching of Afro and Indigenous knowledge. Nevertheless, the importance of initial and continuing education is evident in this movement of resistance and overcoming the Eurocentric way of educating, and the potential of Physical Education in this process should be highlighted, as it is the field that has the body (in its various representations) as an element of intervention.

Keywords: Physical Education; ethnic relations; knowledge production.

Introdução

A formação social brasileira é marcada pela miscigenação¹, e seu desenvolvimento de forma justa e democrática torna-se indispensável, visto que enfrentamos desigualdades que atravessam aspectos históricos, políticos,

¹ Munanga (2005) discute sobre a mestiçagem como designação da miscigenação entre as populações biologicamente diferentes com decorrência nos fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos. Já Anjos (2013) discorre sobre como a miscigenação é tratada nos censos nacionais.



culturais e sociais, delineados desde sua colonização até a atualidade. Contudo, essa mistura de raças é arraigada de diversos e tensos episódios e debates que alimentaram as ideias de superioridade de uma raça (branca) sobre outras e influenciaram o senso de identidade (Schwarcz, 2021). A formação da identidade nacional recorreu a mecanismos psicológicos de eugenismo², visando a homogeneização da população para promover o embraquecimento da sociedade. Skidmore (1989, p. 81) destaca que a “teoria brasileira do branqueamento”

[...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos ‘raça mais adiantada’ e ‘menos adiantada’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas.

Conforme revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, conduzida pelo IBGE no período de 2012 a 2021, houve um contínuo aumento no número de indivíduos que se autodeclararam pretos/as e pardos/as, alcançando 9,1% de pretos/as e 47,0% de pardos/as (IBGE, 2022). Em vista desse cenário, como podemos ignorar a devida importância a todo o percurso histórico e cultural daqueles/as que constituem a maior parte do nosso contingente populacional?

Munanga (2005, p. 17-18) discorre que devido o Brasil ser composto desde a colonização da fusão de matrizes étnico-raciais que dão uma feição multicolor, essa diversidade étnica e cultural deve ser respeitada para haja uma construção democrática em nossa sociedade.

Com o processo de colonização liderado pelos/as europeus no Brasil, surgiu uma hierarquização racial que privilegiou e ainda privilegia a raça branca, considerando-a soberana. Essa hierarquização influencia todos os setores da sociedade, contribuindo para a naturalização das desigualdades existentes. Isso nos inquieta frente a seguinte reflexão: como então, podemos diminuir ou extinguir essas desigualdades através da educação? Gomes (2003, p. 76) destaca que “[...] somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais”.

² Souza (2005) explana que na década de 1920, médicos psiquiatras desenvolveram um ideário científico para regenerar a raça nacional como forma de combate aos problemas sociais (criminalidade, prostituição, vícios, pobreza, doenças mentais), por associar estes ao patrimônio hereditário.



Dessa forma, os movimentos sociais possuem fundamental papel na política educacional, investindo esforços que resultaram nas Leis n. 10.639 e n. 11.645 (Brasil, 2003, 2008) que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos e privados da Educação Básica. Estas leis têm grande importância na superação das desigualdades, pois acreditamos que o caminho para uma sociedade justa parte da educação, que deve incentivar o respeito à diversidade que nos constitui e promover o conhecimento sobre o processo de construção histórica, cultural e social do país, desencadeando sentimentos como respeito e valorização. Nesse sentido, o ambiente educacional desempenha um papel crucial no movimento de transformação rumo à justiça social.

Com isso, reconhecemos a importância da práxis pedagógica dos/as professores/as, a qual pode ser influenciada por sua formação, seus saberes e fazeres como experiências adquiridos ao longo de trajetória pessoal e profissional. Freire (1987), em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, nos traz o conceito de práxis como uma reflexão que capacita os seres humanos a transformarem o meio em que estão inseridos, seja no aspecto natural ou social. Essa prática deve permear o cotidiano pedagógico de qualquer docente, independentemente de sua área de atuação, a fim de proporcionar aos/as estudantes a capacidade crítica e transformadora desses/as como indivíduos pertencentes a uma sociedade plural. Essa capacidade é crucial para promover uma sociedade justa, pois as desigualdades, o preconceito e a luta por justiça estão presentes em diversos contextos contemporâneos. Ao educarmos cidadãos/ãs com consciência crítica desde cedo, fomentamos o desenvolvimento de uma futura sociedade que valorize a diversidade e promova relações justas com todos os povos.

Consideramos que há necessidade de maior atenção à Educação Física na perspectiva de tratamento pedagógico dos elementos culturais dos povos indígenas e afro-brasileiros, assim como reconhece Moreira (2024) ao indicar que a Educação Física deve ser incluída e potencializada na luta educacional para a inclusão de todas as formas, para o reconhecimento do diferente, para a cidadania equitativa, para a quebra de preconceitos e para o respeito às origens, identidades e culturas, visando uma educação emancipatória.

Nesse contexto, nos indagamos: como as temáticas afro-brasileiras e indígenas estão sendo trabalhadas na Educação Física, em cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08?

Portanto, traçamos como objetivo mapear a produção acadêmica de Educação Física Escolar sobre a problemática das culturas afro-brasileira e indígenas, buscando compreender como essa discussão tem ocorrido na Educação Física.



Metodologia

No intuito de compreender o cenário atual das produções científicas sobre as relações étnico-raciais na Educação Física, recorremos à pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44) esse tipo de pesquisa “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído por livros e artigos científicos”. Já Macedo (1994) acrescenta que a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de qualquer pesquisa científica, revisando a literatura existente. Para Lakatos e Marconi (2003, p.183) destacam que esse tipo de pesquisa “[...] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Nosso objetivo foi aprofundar o tema abordado buscando maior familiarização das discussões já ocorridas até então, ampliando as reflexões sobre as práticas pedagógicas em Educação Física que abordam a história e cultura afro-brasileira e indígena. Realizamos um mapeamento de artigos, dissertações e teses, destacando suas localizações, anos de publicação, descritores utilizados, tipos de estudo e de temáticas.

Para tal, utilizamos as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO)³ e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)⁴ para acessar artigos acadêmicos. As plataformas Scielo e Lilacs foram escolhidas por reunirem as principais revistas com publicações nos campos sociocultural e pedagógico da Educação Física. Já para a localização das dissertações e teses, utilizamos a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES⁵.

Para a localização das produções utilizamos as palavras-chaves com operadores booleanos, conforme expressos a seguir: “Educação Física” and “Relações Étnicas”; “Educação Física” and “Relações Étnico-Raciais” “Educação Física” and “Negr*”; “Educação Física” and “Indi*”; “Educação Física” and “Afr*”; “Educação Física” and “Indígena”; “Educação Física” and “Racismo”; “Educação Física” and “Afro”; “Educação Física” and “África”, buscando dar amplitude as suas possibilidades de apresentação.

Para a seleção, estabelecemos os seguintes critérios de inclusão: trabalhos publicados em língua portuguesa, disponíveis de forma integral e gratuita, e

³ Scielo é a maior biblioteca digital da América Latina de acesso aberto com um modelo de publicação que visa indexar, preservar, melhorar e dar alta visibilidade a uma coleção de artigos revisados por pares periódicos publicados independentemente por sociedades científicas, associações profissionais, universidades e outras instituições de pesquisa. Acesso: <https://scielo.org/pt/>

⁴ LILACS é um índice bibliográfico de acesso gratuito e livre de literaturas da ciência da saúde dos países da América Latina e do Caribe. Acesso: <https://lilacs.bvsalud.org/>

⁵ Acesso em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>



publicadas na última década (2013-2023). Esse período foi escolhido por englobar produções mais atuais e estar temporalmente alinhado às Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, permitindo um tempo significativo para implementação dessas leis no cotidiano escolar e o consequente desenvolvimento de produções relacionadas a esse movimento. Estudos anteriores, como os de Pires e Souza (2015), Pereira et al. (2019) e Marques e Silva (2020), também utilizam recortes temporais a partir de 2003, tendo como referência à Lei n 10.639/03. O estudo de Lima e Brasileiro (2020), por exemplo, utiliza um recorte temporal a partir de 2001 devido ao início das discussões para elaboração da primeira lei.

Como critérios de exclusão, descartamos produções que não tratassem da Educação Física Escolar, perpassando por aspectos como prática pedagógica, currículo e formação inicial e continuada.

Resultados

Os dados obtidos através do levantamento das produções científicas, reuniram inicialmente 427 produções que, após aplicação dos critérios de inclusão, culminaram em 100 trabalhos selecionados no prisma das discussões sobre as relações étnico-raciais na Educação Física.

O primeiro aspecto analisado foi a distribuição dos tipos de trabalho acadêmico. Os dados revelaram que das 100 produções, 12 são artigos, 77 dissertações e 11 teses. Nesse panorama destacamos que a produção de artigos inseridos nas bases de dados da Scielo e Lilacs é relativamente baixa em relação a quantidade de produções da Pós-graduação, pois espera-se que estas resultem em publicações derivadas no formato de artigos, o que é comum no campo científico. O gráfico 1 apresenta a distribuição das produções de acordo com sua natureza.

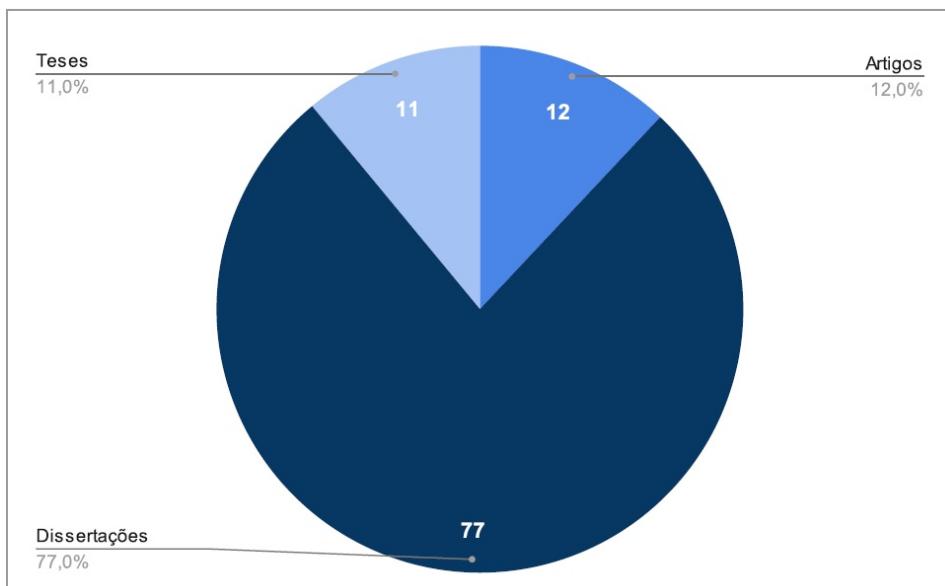
Os dados indicam que dissertações e teses possuem um grande potencial para gerar artigos científicos, e assim alterar o panorama de baixo volume de artigos publicados. Schwartzman (1984 apud Sacardo, 2006) observa que a publicação de artigos científicos legitima a existência da pesquisa e permite que as contribuições do/a pesquisador/a se tornem acessíveis à comunidade científica. Miranda e Pereira (1996 apud Sacardo, 2006) reforçam que a publicação de artigos é basicamente uma exigência fundamental para a validação do trabalho do/a pesquisador/a na comunidade científica.

Um estudo conduzido por Tenopir e King (2001 apud Sacardo, 2006) com milhares de cientistas ao longo de três décadas indicou que os periódicos científicos são amplamente utilizados e considerados o recurso informacional mais importante. Isso destaca a relevância do conhecimento produzido nos Programas de Pós-graduação, especialmente quando disseminado por meio de



artigos derivados de teses e dissertações, facilitando o acesso e a apropriação desse conhecimento pela comunidade científica.

Gráfico 1 - Distribuição das produções por seu tipo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados indicam que dissertações e teses possuem um grande potencial para gerar artigos científicos, e assim alterar o panorama de baixo volume de artigos publicados. Schwartzman (1984 apud Sacardo, 2006) observa que a publicação de artigos científicos legitima a existência da pesquisa e permite que as contribuições do/a pesquisador/a se tornem acessíveis à comunidade científica. Miranda e Pereira (1996 apud Sacardo, 2006) reforçam que a publicação de artigos é basicamente uma exigência fundamental para a validação do trabalho do/a pesquisador/a na comunidade científica.

Um estudo conduzido por Tenopir e King (2001 apud Sacardo, 2006) com milhares de cientistas ao longo de três décadas indicou que os periódicos científicos são amplamente utilizados e considerados o recurso informacional mais importante. Isso destaca a relevância do conhecimento produzido nos Programas de Pós-graduação, especialmente quando disseminado por meio de artigos derivados de teses e dissertações, facilitando o acesso e a apropriação desse conhecimento pela comunidade científica.

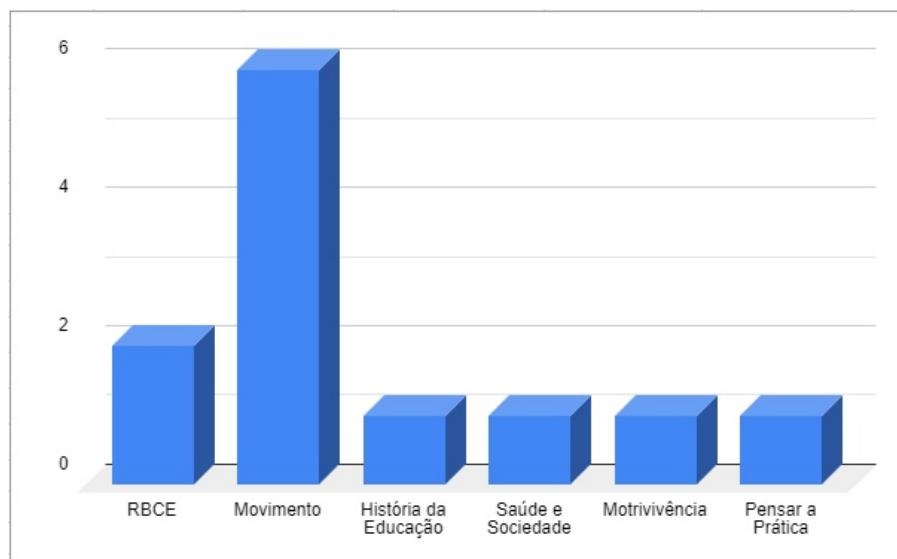
Em relação à localização dessas produções, os 12 artigos estão distribuídos em periódicos nas áreas de Educação Física e Educação, com webqualis⁶ A1 (História da Educação), A3 (Saúde e Sociedade), A4 (Revista Brasileira de Ciências do Esporte), B1 (Movimento) e B2 (Pensar a Prática e Motrivivência).

⁶ Consulta realizada nas Classificações de Periódicos da CAPES do Quadriênio 2017- 2020, disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>.



Esses periódicos são reconhecidos por sua alta qualidade e relevância, alcançando uma ampla audiência na comunidade científica. Observamos uma maior concentração na Revista Movimento, com 6 artigos, seguida pela Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), com 2 artigos, e os demais periódicos com 1 artigo cada, conforme visualizado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição dos artigos por periódico.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Constatamos que a quantidade de artigos científicos sobre as relações étnico-raciais na Educação Física Escolar é bastante limitada. Em um período de 10 anos, apenas 12 artigos foram produzidos com essa abordagem, resultando em uma média de aproximadamente uma publicação por ano. A publicação de artigos científicos derivados de dissertações e teses aumenta o acesso ao conhecimento produzido e é essencial para ampliar as discussões sobre as relações étnico-raciais na Educação Física Escolar. Esse panorama precisa ser ampliado para tornar essas discussões mais acessíveis e presentes no debate acadêmico e no cotidiano escolar.

Destacamos a revista Movimento como maior receptora dessa produção, e neste caso devemos reconhecer que em seu escopo ela permite que discussões afetas a estas problemáticas sejam acolhidas.

A revista Movimento é uma publicação de acesso aberto da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tem por objetivo divulgar a produção científica nacional e internacional, sobre temas relacionados à Educação Física, no que tange aos seus aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais (Movimento, 2023).



Ao analisar as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem produções de dissertações e teses em seus Programas de Pós-graduação, identificamos a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com maior número de produções acadêmicas, seguida pela Universidade de Estadual Paulista (UNESP). Juntas, essas duas instituições totalizam 11 estudos, representando 25% das produções da Região Sudeste, um volume superior ao total de produções da região Norte. Outra IES que se destaca é a Universidade Federal do Mato Grosso, que contribuiu com a única tese e 23% dos estudos produzidos em sua região, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de Dissertações e Teses por Instituições de Ensino.

Instituição de Ensino	Dissertação	Tese
UFES	7	----
UNESP	3	1
UFMT	2	1
UFRGS; UFRJ; UNIVERSO; UNIVC; UFPR; UFMG	3	----
UFSC	----	2
UFSCar; UNINOVE; UFRN	1	1
UFJF; UFG; CEFET; UERJ; UFMA; USJT; UFG	2	----
USP; UFCE; UNICAMP; UEM	----	1
UNICENTRO; UNIFESP; UFRRJ; FACULDADE UNIDA; UPE; FAMAM; UFBA; UNESPAR; URCA; UNIFAP; UFAM; IFPA; UFPEL; UNISUL; ULBRA; UFSM; UFGD; UNESC; FUV; UEMS; UNIC; UCDB; UFSB; FVC; UEPB; UFOPA; IPA; UERR; UFT	1	----

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às áreas de concentração dos Programas de Pós-graduação em que as dissertações e teses estão inseridas, observamos que os programas de Educação e Educação Física foram os mais recorrentes, representando quase metade das produções selecionadas. Dos estudos selecionados, 68 são de Programas de Mestrado Acadêmico, 9 de Programas de Mestrado Profissional e 11 de Programas de Doutorado Acadêmico. Ressaltamos que 9 das produções de Doutorado concentram-se na área de Educação, enquanto na área de Educação Física foi encontrada apenas 1 tese, conforme ilustrado na tabela 2 (UNICAMP). Essa distribuição revela uma carência de estudos que abordam as relações étnico-raciais especificamente nos programas de Doutorado na área de Educação Física, com debates que refletem direta e/ou indiretamente em intervenções pedagógicas na Educação Básica.



Tabela 2 - Distribuição de Dissertações e Teses por Área de Concentração.

Área	Dissertações	Teses	Total
Educação	24	09	33
Educação Física	12	01	13
Desenvolvimento Humano e Tecnologias	02	01	03
Ensino na Educação Básica	04	----	04
Ciências da Atividade Física			
Ciências do Movimento Humano	03	06	09
Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional			
Gestão de Ensino da Educação Básica			
Relações Étnico-Raciais			
Educação: Teoria e Prática de Ensino	02	08	10
Ciência das Religiões			
Ensino			
Educação Agrícola			
Educação e Docência			
Tecnologia para o Desenvolvimento Social			
Processos Formativos e Desigualdades Sociais			
Ciência, Tecnologia e Educação			
Práticas de Educação Básica			
Educação em Ciências e Saúde			
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente			
Ensino das Ciências Ambientais	01	15	16
Educação Profissional e Tecnológica			
História, Cultura e Formação de Profissionais			
Estado e Sociedade			
Antropologia Social			
Formação de Professores			
Reabilitação e Inclusão			
Estudos de Cultura e Território			

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise da distribuição geográfica dos estudos que abordam a problemática das relações étnico-raciais na Educação Física Escolar revelou um padrão bem semelhante ao encontrado no estudo de Mendonça, Freire e Miranda (2020). A Região Sudeste apresentou o maior número de produções, seguida pela Região Sul. Diferente dos autores mencionados, nosso estudo incluiu a análise de publicações de artigos, mas também pode ser atribuída a superioridade de estudos no Sudeste ao maior volume de PPGs na região. Nossa mapeamento revelou a seguinte distribuição: a Região Sudeste lidera com 44 estudos, seguida



pela Região Sul com 20 estudos, o Nordeste e o Centro-Oeste com 13 estudos cada, e o Norte com apenas 6 estudos. Não foi possível identificar a localização de 4 dos artigos selecionados. A imagem 1 ilustra essa distribuição geográfica dos estudos.

Imagen 1 - Distribuição das produções por regiões do país.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os artigos localizados estão distribuídos com 3 produções no Sul, 2 no Sudeste, 2 no Nordeste, 1 no Centro-Oeste e na Região Norte não foi localizado nenhum estudo.

Tratando-se das dissertações, estas estão distribuídas em todas as regiões do país, com maior concentração na Região Sudeste com 37 produções, enquanto 14 se concentram no Sul, 11 no Centro-Oeste, 9 no Nordeste e 6 no Norte do país. Já em relação às teses foram encontradas 5 no Sudeste (todas no estado de São Paulo), 3 no Sul, 2 no Nordeste, 1 no Centro-Oeste e nenhuma no Norte.

Podemos visualizar na tabela 3 que o Rio de Janeiro é o estado com maior número de estudos no país, com 2 artigos e 12 dissertações, superando individualmente as regiões Norte, Nordeste ou Centro Oeste em termos de quantidade de produções.



Tabela 3 - Distribuição de Dissertações e Teses por estados.

Local	Artigos	Dissertações	Teses
Norte			
Pará	----	2	----
Amazonas	----	1	----
Amapá	----	1	----
Roraima	----	1	----
Tocantins	----	1	----
Centro-oeste			
Goiás	----	4	----
Mato Grosso	1	3	1
Mato Grosso do Sul	----	4	----
Nordeste			
Maranhão	----	2	----
Ceará	1	1	1
Pernambuco	1	1	----
Rio Grande do Norte	----	1	1
Bahia	----	3	----
Paraíba	----	1	----
Sudeste			
Espírito Santo	----	13	----
Minas Gerais	----	4	----
São Paulo	----	8	5
Rio de Janeiro	2	12	----
Sul			
Paraná	----	5	1
Rio Grande do Sul	3	7	----
Santa Catarina	----	2	2
Não localizados	4	----	----

Fonte: Elaborado pelos autores.

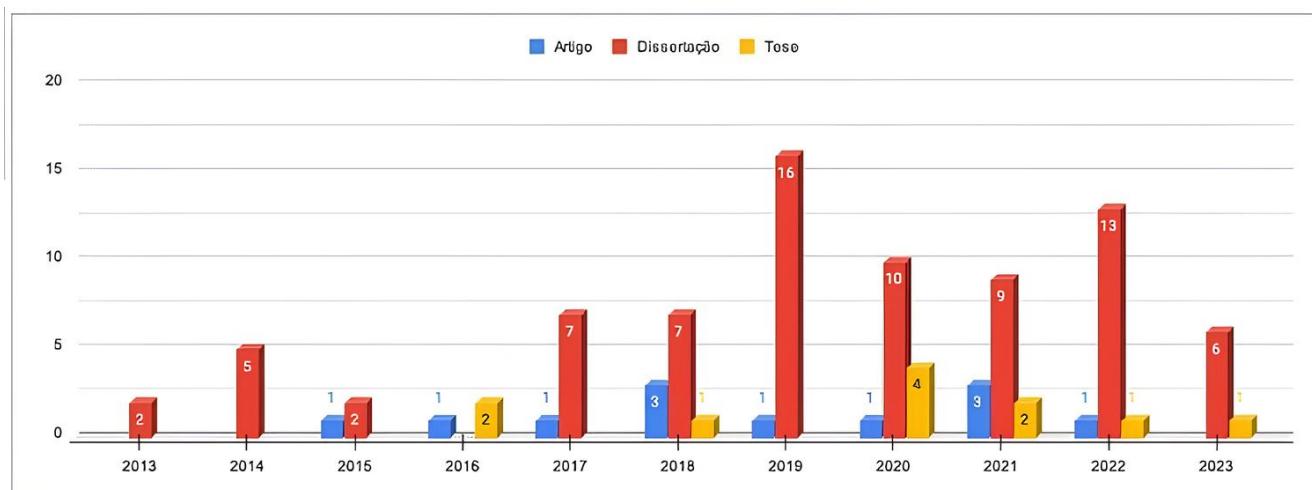
Ao analisar a incidência de produções ao longo dos anos, identificamos que os artigos publicados aparecem a partir de 2015, com produções em todos os anos subsequentes. Vale destacar que, até o momento de nosso mapeamento, não foram localizados artigos referentes ao ano corrente (2023).

A primeira tese encontrada data de 2016, porém sua produção começa a



ter regularidade em 2020. As dissertações, que têm uma presença mais constante ao longo dos anos, não apresentaram produções sobre relações étnico-raciais na Educação Física em 2016. A partir de 2017, observamos um aumento significativo na produção, com maior regularidade a partir de 2019, conforme ilustrado no gráfico 3. Esse aumento no volume de publicações coincide com o período de 14 anos após a implementação da Lei n. 10.639/03, embora ainda de maneira modesta, considerando a importância das questões abordadas. Esses dados reforçam a necessidade urgente de ampliar os estudos sobre os conhecimentos afro-brasileiros e indígenas na Educação Física. É essencial que professores/as tenham acesso a esses conhecimentos e se apropriem deles para desenvolver práticas pedagógicas que não apenas cumpram as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, mas que também reconheçam e valorizem a história e a cultura da população nacional.

Gráfico 3 - Número de produções por ano.

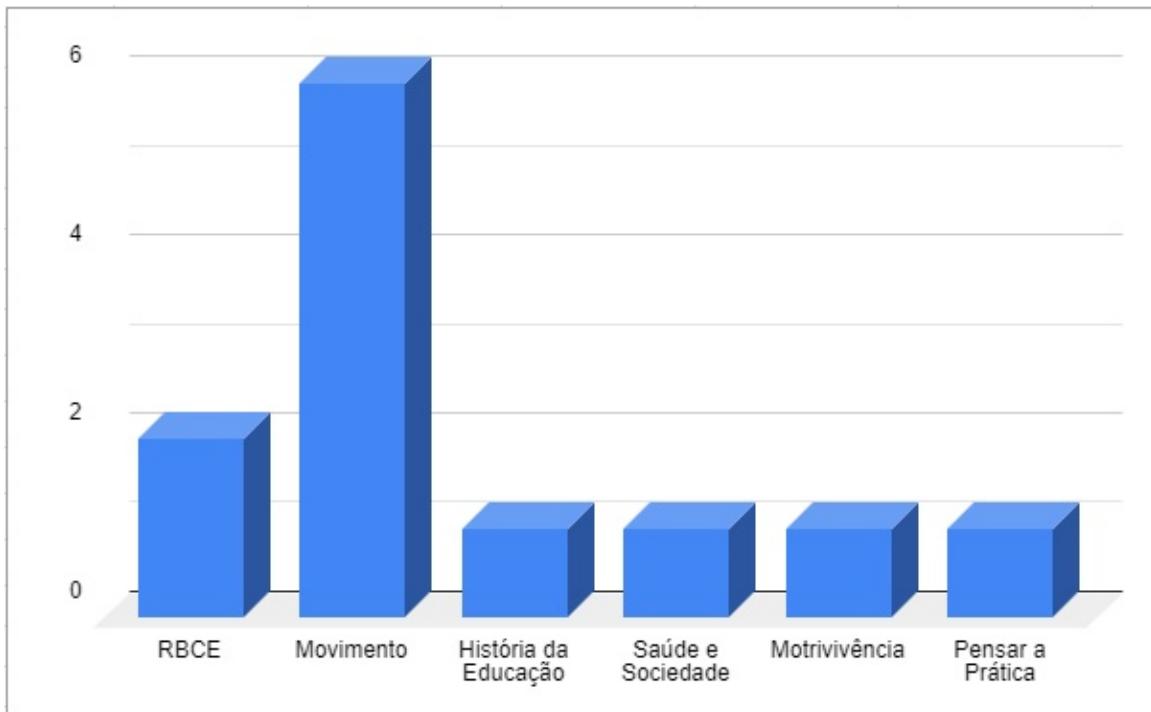


Fonte: Elaborado pelos autores.

Destacamos os dados obtidos para cada descritor de forma mais detalhada, apresentando-os de acordo com a ordem em que foram pesquisados. Acrescentamos que em "Educação Física" and "Relações Étnicas" se localizam o maior número de estudos que se adequaram aos critérios estabelecidos. No entanto, muitas produções foram encontradas em outros descritores, não sendo inseridas entre as selecionadas por estarem duplicadas. Esses dados estão representados no Gráfico 4.



Gráfico 4 - Número de produções por descritor.



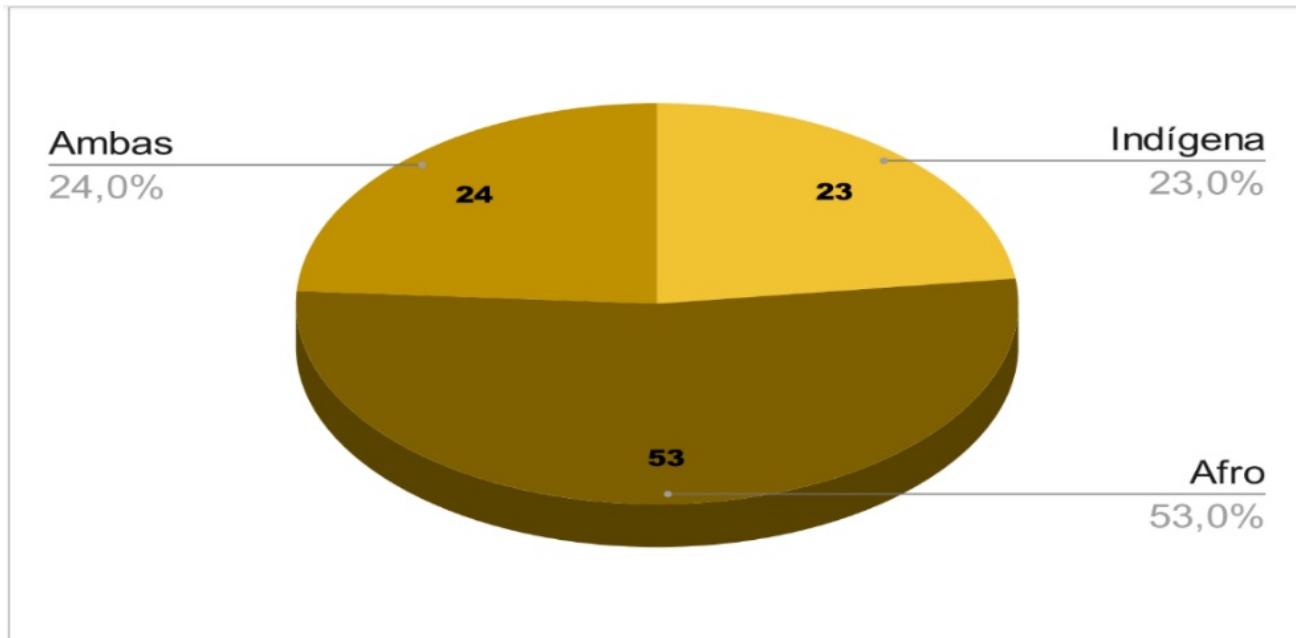
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a distribuição dos estudos na abordagem de conhecimentos das populações afro-brasileiros e indígenas, deparamo-nos com o panorama que já era indicado em outros estudos, de que há mais produções que abordam os conhecimentos afro-brasileiros do que os indígenas. Esse desequilíbrio pode refletir o fato de que a inserção da história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar ocorreu cinco anos após a promulgação da Lei n. 10.639/03, o que impacta na quantidade de produções e ações direcionadas para essas problemáticas atualmente. De acordo com Borges e Silva (2022) até 2008 os povos indígenas continuaram na mesma invisibilidade pela maioria das escolas, docentes e universidade. O autor ainda complementa que até o momento de aplicação da Base Nacional Comum Curricular, uma década após a promulgação da Lei, as estruturas curriculares e as práticas docentes tiveram mudanças muito sutis.

Percebemos que os estudos que abordam exclusivamente conteúdos afro-brasileiros representam mais da metade das produções localizadas. Além disso, muitos estudos que não especificam a discussão sobre um dos grupos utilizam elementos centrais para debater questões étnico-raciais de forma generalizada, abordando aspectos comuns às populações afro-brasileira e indígena. Esses dados são ilustrados no gráfico 5.



Gráfico 5 - Distribuição das produções por temática.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através destes dados foi possível constatar uma significativa dificuldade em localizar fontes que tratam dos conhecimentos da população indígena. Há uma predominância de abordagens da população negra na literatura, em comparação com a indígena. Mesmo quando somamos as fontes que tratam de ambas as populações com aquelas que abordam exclusivamente as indígenas, o resultado ainda é menor do que a quantidade de fontes dedicadas à da população afro-brasileira.

A presença restrita da literatura de conhecimentos indígenas representa a urgente necessidade de fontes sobre a história e cultura desses povos. A rica diversidade de saberes dos povos originários possui um imenso potencial de contribuição que ainda não é adequadamente valorizado e disseminado no país. Como afirma Luciano (2012, p. 141) “Não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece. Ou pior ainda, não se pode respeitar ou valorizar o que se conhece de forma deturpada, equivocada e pré-conceitualmente”.

Consequentemente, os estudos mostram uma menor quantidade de menções à Lei 11.645/08, o que Luciano (2012) destaca que este direito é um importante instrumento, mas que foi uma luta aproveitada do movimento negro e que no momento de sua promulgação tanto os indígenas quanto os não indígenas ainda não estavam preparados para tal conquista. Contudo, o autor menciona alguns desafios para a implementação da lei, a exemplo da definição de quais conhecimentos indígenas devem ser divulgados para os não indígenas e de que maneira sistematizá-los para essa finalidade. Além disso, aponta que o



movimento indígena ainda não está totalmente mobilizado para superar estes desafios.

O contexto histórico de opressão, que tentou aniquilar a existência dos povos originários em favor de uma cultura colonialista profundamente enraizada na sociedade, somado aos desafios apontados por Luciano (2012), reflete na menor abordagem e disseminação dos conhecimentos indígenas. Essa limitação se evidencia dificultando a integração desses conhecimentos nos currículos e práticas pedagógicas da Educação Física. Apesar dessas limitações, é essencial investir na aproximação das fontes já disponíveis e na produção acadêmica que amplie as opções de reconhecimento das histórias e culturas dos povos indígenas. O mapeamento realizado neste estudo serve como um ponto de partida para essa ampliação e valorização destes conhecimentos na Educação Física.

Considerações Finais

Este estudo evidencia a necessidade de melhorias substanciais na produção científica e no contexto educativo das relações étnico-raciais na Educação Física. A baixa produção acadêmica nos Programas de Pós-graduação específicos da área reflete essa lacuna.

O panorama das produções científicas da última década revela uma baixa publicação de artigos científicos, apesar da acessibilidade e ampla utilização dos periódicos científicos. As dissertações localizadas possuem um grande potencial que não está sendo totalmente explorado, visto que os artigos publicados ampliam o acesso aos conteúdos pesquisados. Geograficamente, as produções científicas estão espalhadas por todo o Brasil, com uma predominância significativa da região Sudeste, que lidera em quantidade de todos os tipos de estudos. Compreendemos que a exploração mais eficaz das dissertações e teses poderia gerar derivações em formato de artigos, potencializando a disseminação dos seus conhecimentos produzidos.

Uma maior ênfase na cultura afro em relação à indígena destaca a necessidade urgente de estudos focados nos conhecimentos dos povos originários. Essa diversidade e riqueza cultural precisam ser exploradas e compartilhadas para romper com o epistemicídio e o formato eurocêntrico da educação brasileira. Um movimento descolonizador na educação contribuirá para a superação do racismo e para a valorização étnico-racial na sociedade.

O baixo volume de estudos também indica uma quase ausência das relações étnico-raciais na Educação Básica e no Ensino Superior, seja em currículos hierárquicos e monoculturais, ou em abordagens pedagógicas insuficientes.



Embora a Educação Física tenha suas raízes em práticas europeias fortemente influenciadas pela ciência, ela possui um grande potencial para abordar diversas manifestações culturais através de seus conteúdos, contribuindo para uma educação crítica e emancipatória. Para tal, há uma necessidade urgente de superar a ausência de reflexões, discussões e sistematizações no contexto da Educação Física, que perpetuam a realidade racista e excludente. É essencial que aumente a ampliação de estudos que potencializem a abordagem das relações étnico-raciais na Educação Física, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, reconhecendo o papel contributivo deste estudo nesse movimento.

Referências

ANJOS, Gabriele dos. Questão cor ou raça nos censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.41, n. 1, p. 103 - 118, abril 2013.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago; SILVA, Vânia Cristina da. Lei N. 11.645/08: O que Devemos Aprender com os Indígenas? **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 16, n. 31, p. 129-151, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/14659>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nima Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 23, p. 75- 85, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Características gerais dos moradores 2020-2021, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LIMA, Isabela Talita Gonçlaves. BRASILEIRO, Lívia Tenorio. A cultura afro-brasileira e a Educação Física: um retrato da produção do conhecimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, p. e26022, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/93164>. Acesso em: 27 dez. 2022.



LUCIANO, Gersem José dos Santos. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. [Entrevista cedida a] Maria Aparecida Bergamaschi. **Revista História Hoje**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 127-148, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/44>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1995.

MARQUES, Eugenia Portela Siqueira; DA SILVA, Wilker Solidade da. Os desafios epistemológicos e práticos para o enfrentamento do racismo no contexto escolar. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 39, p. 72-90, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6954/695478696004.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MENDONÇA, Giuliano Pablo Almeida; FREIRE, Elisabete dos Santos; MIRANDA, Maria Luiza de Jesus. Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/76893>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MOREIRA, Anália de Jesus. A Lei 10.639/03 e a Cultura Corporal: desafios para o Ensino da Educação Física. **Revista Acadêmica GUETO**, v. 1, n. 02, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/gueto/article/view/5041>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2^a. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. et al. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 4, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/HXRhDQFhTV4MTFphJySk8Ps/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

PIRES, J. V. L.; SOUZA, M. S. Educação Física e a aplicação da Lei no 10.639/03: análise da legalidade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em uma escola municipal do RS. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 193-204, jan./mar. 2015.

Revista Movimento. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS), 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SACARDO, Michele Silva. **Publicação científica derivada das dissertações e teses na interface entre educação física e educação especial**. 2006. 134f. Dissertação



(Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em novo mundo nos trópicos. **Philia&Filia**, v. 2, n. 2, p. 85-117, 2021. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Philiaefilia/article/view/24427/14103>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, V. S. de. A eugenio no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005. **Anais** [...] Londrina, 2005. Disponível em: <https://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/A%20eugenio%20no%20Brasil-%20inserido.compressed.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Recebido em: 14/08/2024

Aceito em: 28/03/2025